

## Editorial

É com grande satisfação que entregamos ao público mais um volume dos Cadernos de Pesquisa do CDHIS. Desta feita, trazemos o importante dossiê “Espaço rural, populações tradicionais e políticas de Estado (séculos XIX-XXI)” organizado pelas professoras Dra. Carolina da Cunha Rocha e Dra. Adriana Mendonça Cunha e pelo professor M.Sc. Benedito Emílio da Silva Ribeiro.

País de marcada “vocação rural”, conforme sentença secular que visava sempre reiterar o caráter agrícola do país, o Brasil, ao longo de sua história, estruturou-se em torno de um modelo agro-exportador que apenas se incrementou desde o período colonial até os dias atuais. Seus vizinhos latino-americanos conheceram história similar e este dossiê também abriga trabalhos acerca desta realidade.

Apesar de tal “vocação”, a cultura intelectual brasileira, desde o século XIX, manteve uma “divisão” extremamente rígida entre os meios urbanos e rurais acerca da identidade do país. Muitas formulações foram feitas nesse sentido. Uma das mais clássicas é, sem dúvida, aquela realizada por Euclides da Cunha, distinguindo o “sertanejo” interiorano do cosmopolita litorâneo. Sertão *versus* Litoral. Embora aquele fosse considerado um “forte”, ao mesmo tempo, seria um “inadaptado” à “civilização”, supostamente incapaz de viver segundo as normas de uma constituição republicana, conforme o autor de “Os Sertões”. Daí o massacre da população de Canudos ser historicamente “justificável”, pois

tal “sub-raça” estaria fadada ao “desaparecimento” segundo o “desenvolvimento histórico da civilização”.

Este exemplo euclideano é apenas um dentre vários outros que refletem um tema muito importante na história da cultura intelectual brasileira: aquele do apagamento das populações rurais no país, seja em períodos mais remotos, seja na contemporaneidade. Tal “apagamento” parece trazer, no fundo, uma estratégia ou condição política e econômica, consciente ou não, de se manter tais realidades rurais (base econômica nacional) na antecâmara do debate público. Ainda que o país tenha conhecido centenas de políticas públicas com relação a tais realidades, algumas nacionalmente propagandeadas, como a Marcha para o Oeste promovida pelo governo Vargas ou a expansão para a Amazônia, sob o regime civil-militar (1964-1985), tal condição assinalada permanece.

Isso pode ser facilmente verificado na história das leis trabalhistas, quando o trabalhador rural obteve seu reconhecimento décadas após o dos trabalhadores urbanos. Antes disso, podemos notar a escassez de dados sobre a população rural brasileira na passagem do Império para a República. No período do regime civil-militar, nosso imaginário raramente se dá conta de que a maioria das vítimas da violência ditatorial, tanto em mortes e desaparecimentos, quanto em torturas, mas também em perseguições, perdas de emprego, expulsões, obrigações de migração, ataques aos sindicatos rurais e afins se deu no mundo rural, atingindo trabalhadores rurais e indígenas. É também nas regiões rurais que verificamos hodiernamente a maioria das denúncias de trabalho escravo.

Base econômica do país, o mundo rural e, especialmente, os trabalhadores rurais, é um campo que parece ser escamoteado do debate público e, mesmo, da historiografia, apesar de haver muitos trabalhos em torno

deste importante tema, como este dossiê é exemplo. Porém, a despeito das irremediáveis e condenáveis falhas que a tese de Euclides da Cunha abriga, a sua sentença de um país dividido entre litoral e sertão, cidade e campo, imagem urbana e “civilizada” e retrato de “atraso” e “ignorância” parece persistir. Isso garante que o descaso com aqueles que sustentam a tal “vocaçãõ agrária” nacional possa se reproduzir de maneira mais ou menos ordinária.

Boa leitura!

***Thiago Lenine Tito Tolentino***

*Coordenador do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) do  
Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia*